

CRITÉRIOS E POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO: O CASO DA ANTIGA VIDRARIA SANTA MARINA

Cecilia Rodrigues dos Santos

Arquiteta doutora, professora pesquisadora
FAU-Universidade Presbiteriana Mackenzie
altoalegre@uol.com.br

Marcos Carrilho

Arquiteto doutor, professor pesquisador
FAU-Universidade Presbiteriana Mackenzie
marcos.carrilho@gmail.com

Resumo

A exigência de atualização constante das instalações industriais para adaptação às transformações tecnológicas características dos processos produtivos teve consequências para as antigas áreas industriais da cidade de São Paulo que não são distintas daquelas que podem ser observadas tanto no estudo do centro histórico como nos bairros periféricos: a reconstrução da cidade sobre si própria através de um processo de destruição e reaproveitamento de terrenos e edificações em intervalos de tempo às vezes surpreendentemente curtos. A preservação do significativo patrimônio industrial paulistano - preocupação recente de apenas 30 anos dos órgãos de preservação municipal, estadual e federal e ausente das políticas de desenvolvimento urbano - vem se resumindo ao tombamento pontual de edificações ou partes de conjuntos industriais dispersos e isolados, aqueles que por razões diversas ainda não sucumbiram à lógica própria de transformação da cidade. Assim vem se desenhando uma coleção esparsa de fragmentos autistas e que perderam seu significado, remanescentes de paisagens desfiguradas que não conseguem mais se relacionar entre si, nem constituem referência relevante da notável trajetória de desenvolvimento industrial da cidade. O objetivo deste trabalho é, através da pesquisa histórica sobre a origem e o desenvolvimento das Indústrias Santa Marina, localizadas no bairro da Água Branca, subprefeitura da Lapa, São Paulo e da análise do processo de tombamento CONPRESP, discutir os critérios e políticas de tombamento e preservação do patrimônio industrial da cidade de São Paulo.

Palavras-chave: patrimônio industrial de São Paulo; proteção do patrimônio industrial; conjuntos industriais de São Paulo

Crítérios e políticas de preservação do patrimônio industrial da cidade de São Paulo: o caso da Antiga Vidraria Santa Marina

A exigência de atualização constante das instalações industriais para adaptação às transformações tecnológicas características dos processos produtivos teve consequências para as antigas áreas industriais da cidade de São Paulo que não são distintas daquelas observadas tanto no estudo do centro histórico como nos bairros periféricos: a reconstrução da cidade sobre si própria através de um processo de destruição e

reaproveitamento de terrenos e edificações em intervalos de tempo às vezes surpreendentemente curtos.

No capítulo sobre a iconografia das indústrias de São Paulo da sua obra sobre a evolução industrial paulista no período de 1889 a 1930¹, o historiador Edgar Carone reproduz dados e imagens impressionantes sobre a extensão e o significado das instalações industriais estudadas. Compostos de galpões, oficinas, grandes edifícios operacionais e chaminés, os conjuntos documentados por Carone confirmam a importância dessas indústrias nas primeiras décadas do século XX, não só no âmbito da economia estadual e nacional, como no âmbito da tecnologia e da história cultural de São Paulo. Porém, a maior parte das instalações industriais remanescentes, elementos que já foram constitutivos de uma paisagem urbana característica da cidade, se apresentam profundamente alteradas, com partes de suas edificações ou demolidas ou tão radicalmente modificadas, não permitem mais perceber características e feições originais dos conjuntos e, menos ainda, da paisagem industrial.

A preservação do significativo patrimônio industrial paulistano - preocupação recente dos órgãos de preservação municipal, estadual e federal, mas ausente das políticas de desenvolvimento urbano - vem se resumindo ao tombamento pontual de edificações ou partes de conjuntos industriais dispersos e isolados, aqueles que por razões diversas ainda não sucumbiram à transformação da cidade. O patrimônio industrial de São Paulo vem se desenhando assim como uma paisagem fragmentada, composta por uma coleção esparsa de fragmentos autistas que perderam seu significado, remanescentes de paisagens originais desfiguradas que não conseguem mais se relacionar entre si, nem constituem referência relevante da notável trajetória de desenvolvimento industrial da cidade.

Dentre as indústrias estudadas, Edgar Carone destaca como uma das mais significativas do período a Antiga Vidraria Santa Marina, fundada em 1896 e ainda hoje funcionando no - local de origem situado na jurisdição da subprefeitura da Lapa, na cidade de São Paulo, e de propriedade do grupo multinacional Saint Gobain². O objetivo deste

¹ CARONE, Edgard. Evolução industrial de São Paulo (1889-1930). São Paulo, SENAC, 2001.

² A SAINT-GOBAIN é um grupo multinacional cuja origem é a Compagnie de SAINT-GOBAIN, criada na França por ordem do Rei Luis XIV em 1665 com o objetivo de fabricar os espelhos para o Palácio de Versalhes. O grupo está presente no Brasil desde 1937, contando com empresas como: Saint-Gobain do Brasil, Saint Gobain Canalização, Saint-Gobain Abrasivos, Placo do Brasil, Megacenter da construção e opera com marcas líderes, tais como Brasilit, Quartzolit, PAM, Carborundum, Sekurit, Isover, Placo Telha-

trabalho é analisar e discutir as recentes tentativas da Prefeitura de São Paulo para preservar o patrimônio industrial por meio da criação das ZEPEC pelo Plano Diretor de 2004, e com os processos de tombamento abertos em seguida pelo CONPRESP. Interessa especialmente o processo n. 2008- 01900162, “Tombamento de imóveis da Subprefeitura da Lapa”, no que diz respeito ao tombamento de parte das edificações remanescentes da Antiga Indústria Santa Marina³. Devem ser levadas em conta nesta discussão noções e conceitos que balizam a preservação do patrimônio industrial; a pesquisa histórica sobre a origem e o desenvolvimento da Vidraria Santa Marina; a história da industrialização de São Paulo, especialmente da Zona Oeste (Água Branca e Lapa) incluindo o complexo Industrial Matarazzo, vizinho da Santa Marina; as relações do desenvolvimento industrial com o estabelecimento da malha ferroviária e com a produção de energia; os estudos das tipologias da arquitetura, da morfologia urbana e do desenho da paisagem referentes às instalações industriais.

Diretrizes do Plano Diretor de 2004 para a proteção do patrimônio cultural de São Paulo

O encaminhamento e os critérios adotados pelo Plano Diretor de 2004, elaborando listagens de bens a proteger a partir de consulta popular, não é usual nas indicações de bens a tomar pelos órgãos de preservação municipal, estadual ou federal (nem no Brasil e nem internacionalmente) porque não respeita a metodologia de trabalho e os fundamentos que devem orientar os estudos e inventários que antecedem as indicações de bens a proteger. Os imóveis e logradouros que fazem parte do processo “CONPRESP nº 2008- 01900162 - Tombamento de imóveis da Subprefeitura da Lapa - Prefeitura do Município de São Paulo - Secretaria Municipal da Cultura - Departamento de Patrimônio Histórico”, incluída a “Antiga Vidraria Santa Marina”, compunham uma listagem de 51 bens que, segundo o mesmo processo⁴ “*se originou no Plano Diretor estratégico da Subprefeitura da Lapa de 2004*”. Ao analisar os três quadros do

norte, assim como a Santa Marina e a Saint-Gobain Vidros estas duas últimas incorporadas ao grupo com a aquisição, em 1960, da Vidraria Santa Marina.

Cf. <http://www.saint-gobain.com.br/versao2006/Portugues/noBrasil.aspx>

³ Conjunto denominado “Antiga Vidraria Santa Marina” - processo CONPRESP n. 2008 - 0.190.016.2 - 3 DPH – Tombamento de Imóveis da subprefeitura da Lapa –. As edificações tombadas são: A- Torre de Energia; B-Chaminé do Forno 05; C- Edifício Amazonas; D- Edifício São Paulo; E- Chaminé do Forno 20.

⁴ Processo CONPRESP n. 2008 - 01900162, Introdução, p. 04.

Plano Diretor que se referem às ZEPECs ⁵, encontramos três listagens distintas entre si, por sua vez distintas daquelas constantes nos Anexos I e II da “Resolução nº 26/CONPRESP/2004”⁶, por sua vez relacionando bens distintos daqueles 51 que fazem parte da republicação, em 2006, da “Resolução nº 26/CONPRESP/2004” ⁷, assim como daqueles bens que finalmente foram arrolados no processo de tombamento aberto em 2008. Listas que ainda por um bom tempo continuaram sendo reduzidas e modificadas sem justificativas técnicas: *“após vistorias e análise das edificações e do histórico da região, dos 51 bens iniciais, dois bens - Memorial da América Latina e galpões da Antiga Serraria Americana - por formarem uma área contígua de interesse para preservação, foram estudados à parte e encaminhados em outro processo administrativo. Dos demais foram excluídos 21, restando na presente proposta de tombamento 28 bens a serem preservados. Encaminhamos, no final dos estudos, a minuta a ser apreciada pelo CONPRESP, definindo o nível de preservação desses imóveis, e excluindo de proteção os demais bens considerados sem relevância para o patrimônio histórico cultural”*.

⁵ Quadro 04D – Imóveis enquadrados como ZEPEC pelo CONDEPHAAT e CONPRESP”; Quadro 04E – Imóveis Indicados como ZEPEC em análise no CONDEPHAAT” e Quadro 04F – Unidades Urbanísticas indicadas pela Sociedade Civil.

⁶ Resolução n. 26/CONPRESP/2004: “O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo - **CONPRESP**, no uso de suas atribuições legais (...) conforme decisão dos Conselheiros presentes a 333 a Reunião Extraordinária, realizada em 21 de dezembro de 2004, **Considerando** a necessidade de adotar medidas de proteção provisória, através da abertura de processo de tombamento, para os imóveis enquadrados ou propostos para enquadramento como Zonas Especiais de Preservação Cultural (ZEPEC) (...); **Considerando** o disposto no parágrafo único do artigo 115 da referida lei, o qual determina que os imóveis indicados pelas Subprefeituras “deverão ser encaminhados para análise do órgão competente de preservação do patrimônio e poderão ser enquadrados como ZEPEC mediante parecer favorável na revisão do Plano Diretor Estratégico prevista para 2006, ou por meio de lei específica”; **Considerando** que esses imóveis foram reconhecidos, no processo de discussão dos Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras, como portadores de valor histórico, simbólico ou cultural pelas comunidades locais; e Considerando a necessidade de se regulamentar de modo integrado com a Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPLA) e com as Subprefeituras as ZEPECs aprovadas por essa Lei. **RESOLVE: Artigo 1º - ABRIR PROCESSO DE TOMBAMENTO** dos imóveis enquadrados como Zonas Especiais de Preservação Cultural (ZEPEC), de que trata a Lei Nº 13.885, de 25 de agosto de 2004, identificados nos Anexos que integram esta Resolução. **Parágrafo Único** – Os imóveis identificados nos Anexos correspondem àqueles indicados pelas Subprefeituras ou pela Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPLA) e que até esta data não se encontram protegidos por resoluções de tombamento ou de abertura de processo de tombamento do CONPRESP (...).”

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/conpresp/noticias/?p=2265>

⁷ O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – CONPRESP, conforme decidido em sua 368 a Reunião Ordinária, realizada em 18 de abril de 2006, no uso de suas atribuições legais, comunica a republicação da Resolução nº 26/CONPRESP/2004, referente à abertura de processo de tombamento dos imóveis enquadrados como Zonas Especiais de Preservação Cultural (ZEPEC) (...). A presente republicação deve-se às correções de alguns itens constantes da sua publicação anterior no Diário Oficial do Município, de 28/12/2004, folhas 30 a 33. Os Anexos I e II da Resolução nº 26/CONPRESP/2004 relacionaram os imóveis indicados como ZEPECs nos Livros dos Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras (PRES) da Lei nº 13.885/2004, bem como os imóveis já enquadrados como ZEPECs pela Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPLA) no Quadro nº 06 da mesma Lei, que, até aquela data, não se encontravam protegidos por resoluções de tombamento ou de abertura de processo de tombamento do CONPRESP.”

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/conpresp/noticias/?p=2265>

Ao longo dos textos de leis, de publicações, de resoluções, de atas das reuniões do CONPRESP, ou de outros documentos oficiais elaborados entre 2004 e 2009 disponíveis para consulta, não há clareza sobre os critérios adotados para o estabelecimento destas listagens sucessivas com indicações de bens a proteger, ou para a inclusão ou exclusão de bens durante os remanejamentos das mesmas listas; é possível identificar qual foi o ponto de partida para arrolar os bens a proteger - uma lista de "45 unidades urbanísticas indicadas pela sociedade civil" - mas não é possível acompanhar os procedimentos técnicos e administrativos subsequentes a esta indicação⁸.

Concordamos com as razões expostas por Sonia Rabello de Castro quando menciona a importância de deixar claros os critérios e fundamentos que necessariamente devem presidir as instruções de tombamento:

*"não se admite que, numa mesma ocasião, sem que tenha havido novos estudos, e sem se ter decidido objetivamente pela adoção de novos critérios, a autoridade, para casos análogos, adote posições técnicas diferentes, ou que seus critérios não sejam baseados em trabalhos que demonstrem o motivo da determinação (...) não se pode admitir, no ato administrativo, a ausência de motivo - falta de critério, no caso. E ainda que exista, a falta de sua menção impossibilitaria ao administrado o controle de sua legitimidade, o que também não é de se admitir"*⁹.

Portanto, estranhamos a incoerência e falta de clareza quanto aos critérios de eleição ao longo do processo de tombamento, no qual são citados alternadamente justificativas de indicação como "usos", "estilos", "valores arquitetônicos" e "valores históricos", sem classificação e explicitação de atributos. Ainda, as listas foram apresentadas como "relações fechadas"¹⁰ praticamente inviabilizando a desejável contextualização dos bens citados no âmbito geral da história e da geografia da cidade de São Paulo e de cada uma de suas regiões, bem como o aprofundamento das pesquisas sobre as

⁸ Procedimentos para abertura de processo de tombamento no CONPRESP e encaminhamentos subsequentes de instrução do mesmo processo pelo Departamento de Patrimônio Histórico são estabelecidos pela Lei nº 10.032, de 27 de dezembro de 1985, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.236, de 16 de dezembro de 1986.

⁹ CASTRO, Sonia Rabello de. *O Estado na preservação de bens culturais*. Rio de Janeiro, Renovar, 1991, p. 120.

¹⁰ "(...) Apesar da quantidade de imóveis propostos e da diversidade de usos e estilos (grifo nosso) dos mesmos, nas vistorias realizadas nos deparamos com exemplares de edifícios industriais, imóveis comerciais e de conjuntos residenciais mais significativos do ponto de vista arquitetônico e histórico, porém a premissa para esta proposta de tombamento foi de manter o estudo apenas dos bens indicados no Plano Diretor Estratégico da Subprefeitura da Lapa". Cf.: Processo CONPRESP n. 2008 - 01900162, Introdução, p. 04.

edificações e os conjuntos. Da mesma forma, se tornou difícil a inclusão de novos bens de valor significativo para cidade, persistindo ausências incompreensíveis nas diferentes relações, como é o caso, na lista da subprefeitura da Lapa, do Conjunto de Oficinas da São Paulo Railway, primeira ferrovia do Estado de São Paulo¹¹.

Não se observa também, ao longo da instrução do referido processo, a contextualização dos bens citados no âmbito do processo de industrialização de São Paulo, da tipologia arquitetônica industrial, do desenho da paisagem industrial, nem mesmo de uma política de preservação definida mediante critérios claros de proteção do patrimônio cultural da cidade. Paradoxalmente, a análise dos sucessivos quadros e listagens revela que o pretendido "*respeito à listagem do Plano Diretor*" deixa de acontecer, ocorrendo a inclusão de vários bens sem justificativa. Tampouco fica esclarecido ao longo do processo quais foram as "*vistorias e análises das edificações*" realizadas pelo DPH, detalhe que permitiria inferir as possíveis justificativas tanto para a aceitação de 30 bens tidos como "*de relevância*", como para a exclusão sumária de outros 21, justificada apenas pela "*ausência de relevância para o patrimônio histórico e cultural*" ou pelo fato desses bens "*não apresentarem fatores significativos para sua preservação*"¹².

Ainda, o encaminhamento da discussão sobre o Plano Estratégico do Bairro da Lapa pela Prefeitura de São Paulo, no que diz respeito à proteção do patrimônio, parece ter dado a entender à população, equivocadamente, que as indicações de bens a tombarem, além de serem definitivas, não teriam que ser submetidas aos procedimentos técnicos do Departamento de Patrimônio Histórico, como é estabelecido por lei¹³. A falta de informação durante o processo de discussão confundiu o entendimento do papel da comunidade na defesa do patrimônio da cidade, levando-a a reivindicar, por exemplo, o tombamento como forma de conter uma verticalização não desejada para o bairro da

¹¹ Ver: SANTOS, Ceclia Rodrigues dos. "Em defesa do patrimônio industrial ferroviário de São Paulo: as oficinas da São Paulo Railway na Lapa". In: **Portal Vitruvius**, nov 2009, <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/10.112/1826>

¹² Processo CONPRESP n. 2008 - 01900162, p. 30.

¹³ O Movimento Contra a Verticalização Desenfreada da Lapa e Região – Mover, pediu ao Ministério Público garantias para ter acesso ao parecer que o Departamento do Patrimônio Histórico - DPH encaminhou ao Conpresp sustentando o não tombamento de 21 imóveis. "Seria oportuno que o vereador convocasse uma Audiência Pública, para que os moradores avaliem o tombamento dos bairros, pois existem aqueles que discordam dessa decisão (...). A questão levantada no âmbito comunitário é simples: pode uma só canetada burocrática decidir questões tão complexas como o tombamento ou não de bens ou mesmo de dois bairros inteiros? Não seria o caso de, antes de tomar qualquer decisão, o Conpresp ouvir a população, reunida para tanto numa Audiência Pública capaz de estabelecer o debate democrático entre os que defendem o tombamento e aqueles que são contra?".

Consultado em: <http://www.jornaldagente.inf.br/anteriores/materias.asp?materia=3539>

Lapa, o que deveria ser contemplado no corpo das determinações do Plano Diretor¹⁴.

Na tentativa de explicitar e entender os critérios de preservação adotados pelo DPH e melhor situar os termos do tombamento da “Antiga Vidraria Santa Marina”, nos reportamos aos “Parâmetros para a definição dos imóveis a serem tombados”¹⁵ e aos pontos estabelecidos como balizas para os estudos de tombamento em questão:

“Os estudos para a compreensão do conjunto de bens propostos para o tombamento pela Subprefeitura da Lapa considerou: 1- o valor cultural, afetivo ou de referência histórica e seu significado na evolução da cidade; 2- a localização geográfica do imóvel, ou seja, a relação da construção com o seu entorno. Foi considerada a importância dessa construção na paisagem; 3- A situação atual das construções, suas características arquitetônicas e seu grau de deterioração”.

O item de nº 2 - “Histórico - Subprefeitura Lapa: formação histórica, urbanização e aspectos atuais”¹⁶ é dedicado à elaboração do histórico dessa região administrativa para “estabelecer valores de referência histórica” e os “significados na evolução da cidade” que fossem comuns a todos os 51 bens em estudo de tombamento:

“trata-se de rever episódios e processos que levaram à formação da região sob a jurisdição da Subprefeitura da Lapa, divisão administrativa da cidade de São Paulo formada pelos distritos Barra Funda, Perdizes, Lapa, Vila Leopoldina, Jaguaré e Jaguará). Criada pela Lei n. 13.339 de 1º de agosto de 2002, sua área total é de 40,1 km2 de extensão. Faz limites com o município de Osasco a oeste, com o rio Tietê ao norte, com a Subprefeitura de Pinheiros ao sul e com a Subprefeitura Sé a leste”¹⁷.

A divisão administrativa de São Paulo efetuada no ano de 2002 organizou a cidade em subprefeituras cujo traçado determinou limites meramente físico -administrativos, úteis talvez para organizar a gestão de uma metrópole, mas que não têm necessariamente

¹⁴ “Durante o período 2002/2004 a subprefeitura organizou 33 reuniões plenárias, ouvindo as comunidades de diferentes bairros, que participaram da elaboração do PRE-Lapa, nele manifestando, entre outras coisas, o desejo de ver mais de 40 bens tombados, incluindo aí as 21 áreas que o DPH considera sem valor arquitetônico. Consultado em:

<http://www.jornaldagente.inf.br/antecedentes/materias.asp?materia=3539>

¹⁵ Processo CONPRESP n. 2008 - 01900162, item 4, ps. 29 e 30.

¹⁶ Idem, ps. 06 a 24.

¹⁷ Ibidem p. 06.

correspondência direta com a identidade de cada um desses setores da cidade, constituída por sua história e suas tradições. O histórico mencionado no processo de tombamento apresenta-se como uma tentativa de construir, a posteriori, uma unidade para este "mosaico de episódios" referentes aos atuais distritos da região sob a jurisdição da subprefeitura da Lapa, ou de conferir sentido social e cultural a uma somatória de setores ou bairros reunidos segundo critérios de vizinhança, de proximidade geográfica ou apenas de acordo com as necessidades de novos instrumentos administrativos, deixando de lado a desejável relação entre as histórias locais e, a partir delas, a história da cidade.

No seu estudo sobre o bairro ou região da Água Branca¹⁸, Aluísio Wellichan Ramos considera o grave erro metodológico que pode representar o estudo "do bairro pelo bairro" sem relacioná-lo com os processos de urbanização da cidade, ignorando seus vínculos com a unidade urbana maior. Mesmo considerando as dificuldades para delimitar as fronteiras de um bairro de uma cidade, no tempo e no espaço, o autor coloca em discussão uma série de pressupostos que permitem uma melhor definição dessa unidade, o bairro: setor da cidade que se caracteriza a partir de uma função econômica dominante, historicamente determinada, ou como uma unidade espacial de base para a vida urbana, um espaço identitário "vivido na prática social".

A tentativa de construir uma história e uma unidade espacial urbana a partir de setores da cidade que se relacionam basicamente por mecanismos administrativos para assim justificar a eleição dos suportes da memória da população de São Paulo, parece anunciar um erro metodológico ainda mais grave¹⁹. O mesmo autor observa a formação e desenvolvimento do bairro da Água Branca como parte de um bloco de expansão da cidade que inclui os bairros de Perdizes, Pacaembu, Vila Pompéia, Lapa e Alto da Lapa, e observa movimentos de preenchimento de vazios com novos loteamentos, de mudança da população, de construção e compartilhamento de instituições e infraestrutura, de conexão através dos serviços essenciais como as redes de sistema viário, de transporte, de água e esgoto, de força e luz, e até o movimento de superação dos obstáculos físicos como aqueles representados pelos córregos da Água Branca, da Água

¹⁸ Ver histórico do bairro da Água Branca na dissertação de mestrado de Aluísio Wellichan Ramos (*Fragmentação do espaço da/na cidade de São Paulo: espacialidades diversas do bairro da Água Branca*. 2001. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana - Universidade de São Paulo, consultado em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-06052003-160403/>), especialmente Parte II / 2 - A gênese do bairro industrial, ps. 73 a 102.

¹⁹ A propósito da discussão teórica sobre bairros, a história do bairro da Água Branca e sua relação com São Paulo, ver: RAMOS, A. W. Op. cit.

Preta, ou daqueles que corriam nos fundos de vale hoje ocupados pelas avenidas Pa-caembu e Sumaré²⁰.

A discussão sobre a historicidade dos bairros definidos enquanto "espaços identitários vividos na prática social", remete ainda ao questionamento de um certo "critério afetivo" - mencionado, mas não explicitado no processo - considerado como uma das possíveis justificativas de tombamento dos bens listados. As relações de ordem social e cultural, consideradas de forma ampla, podem de fato constituir fatores relevantes para a preservação do patrimônio de uma cidade, e as associações de vizinhança ou organizações não governamentais têm um importante papel a desempenhar nesse sentido. Mas, uma coisa são as relações de uma dada cultura com seu passado, que mudam ao longo do tempo, outra são os instrumentos de proteção a serem adotados para a preservação. Quando devidamente observado o rigor conceitual e legal no tratamento das questões de preservação, torna-se difícil aceitar que o instrumento do tombamento seja fundamentado numa vaga e indeterminada "afetividade", critério relativo e não científico, incompatível com um instrumento destinado, nos termos da lei, a proteger coisas concretas:

*"o tombamento só poderá se materializar sobre a coisa (...) ficam, portanto excluídos da proteção, através do tombamento, os direitos ou bens imateriais que, ainda que também possam merecer a proteção do Estado, são insusceptíveis de serem tombados, pois não são coisas. Nesta hipótese estão incluídos, por exemplo, as manifestações culturais, as práticas religiosas, os hábitos sociais, as metodologias industriais e outras práticas equivalentes"*²¹.

Estas considerações devem ser estendidas aos critérios adotados para a avaliação daqueles bens, "*indicados pela Sociedade Civil*" para tombamento como imóveis "*reconhecidos, no processo de discussão dos Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras, como portadores de valor histórico, simbólico ou cultural pelas comunidades locais*", evitando assim o discutível caminho político da "*tutela generalizada*". Bem ao contrário, seria necessário trabalhar pela "*judiciosa identificação e seleção*" daquilo

²⁰ Idem.

²¹ Ver: CASTRO, S. R. Op. cit., especialmente ps. 43 a 83.

que merece efetivamente ser tutelado e preservado, observadas as questões de princípio e de método relativas ao campo da preservação e do restauro²².

Com relação à questão da identidade dos bairros paulistanos da região Oeste, pode-se observar ainda que aos mais antigos e tradicionais como a Barra Funda e a Lapa foram somados a outros bairros como Vila Leopoldina e Jaguaré que, historicamente, se estruturaram vinculados ao desenvolvimento das aglomerações ao longo do rio Pinheiros e do bairro de mesmo nome. Por outro lado, antigos bairros importantes na constituição dessa região - como Pacaembu (que inclui importante área tombada pelo CONPRESP e CONDEPHAAT, além do Estádio do Pacaembu e de outros bens protegidos), Barra Funda ou Perdizes - aparecem no histórico da subprefeitura da Lapa fundidos no atual distrito das Perdizes, tratados sumariamente em apenas um parágrafo, sem nenhuma menção ao respectivo patrimônio cultural. Também não é valorizado nesse histórico da região, o antigo bairro da Água Branca, sítio onde se localiza a “Antiga Vidraria Santa Marina”, e que hoje se encontra “administrativamente diluído”; apesar disso, na “ficha de bem enquadrado” constante do processo, a localização da Santa Marina é dada como: “bairro: Água Branca”²³. Também, o tratamento genérico da história dessa grande área acaba por não valorizar a especial participação da Água Branca no desenvolvimento industrial que se estabelece ao longo dos trilhos da São Paulo Railway (inaugurada em 1867, e ampliada a partir de 1889) e depois da Companhia Sorocabana (inaugurada em 1874/75) implantada em paralelo, ambas na várzea do rio Tietê.

No início do século XX o Estado de São Paulo contava com 326 instalações industriais e 24 000 operários²⁴. Na Capital, desde que os trilhos da São Paulo Railway – SPR atravessaram a cidade pela primeira vez, em 1867, a ferrovia determinou profundas transformações na configuração urbana e paisagística. Fatores como a facilidade de transporte para matérias primas e produtos manufaturados, o acesso aos recursos hídricos na vizinhança imediata, a disponibilidade de terrenos extensos e relativamente baratos, localizados nas áreas baixas distribuídas ao longo dos cursos dos rios Tietê e Tamanduateí, determinaram a localização na cidade das fábricas assim como dos núcleos de habitação operária. As fábricas foram ocupando faixas de terreno paralelas

²² Giovanni Carbonara, no Prefácio do livro de Beatriz Mugayar Kuhl, *Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização*. (São Paulo, Ateliê Editorial, 2009).

²³ Processo CONPRESP n. 2008 - 01900162, p. 134.

²⁴ DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo, DIFEL, 1977, p.19.

às linhas férreas que, em direção Oeste e a partir da Estação da Luz, deram origem aos bairros do Bom Retiro, Barra Funda, Água Branca, Lapa e Osasco.

A estação Água Branca da São Paulo Railway foi a única estação construída pela Companhia entre as estações Luz e Perus quando da inauguração da ferrovia. Por ocasião da expansão da empresa, a modesta estação original, localizada no ponto estratégico de entroncamento da Estrada para Campinas e Jundiaí com a Estrada de Nossa Senhora do Ó (que corresponde ao traçado da atual Avenida Santa Marina), foi ampliada ganhando um projeto típico de Estação de Terceira Classe da SPR, idêntico ao das estações ainda em funcionamento de Franco da Rocha e Ribeirão Pires²⁵. A observação da Planta da Cidade de São Paulo de 1901, elaborada pela Repartição de Águas e Esgotos, revela o traçado da Avenida Água Branca²⁶ aprovado em 1899, uma "alameda entre os bairros de Perdizes e a Estação Água Branca" aberta para facilitar a ligação com a Estrada de Campinas e os novos bairros em formação da zona Oeste²⁷. Pode-se, portanto afirmar que a aglomeração que deu origem ao bairro da Água Branca, já presente nos mapas da última década do século XIX, tem início com a construção da primeira estação de estrada de ferro, atrativo determinante para a instalação das mais importantes indústrias da região e foco de seu desenvolvimento.

A história e os bens ligados à ferrovia não são contemplados pelos tombamentos do CONPRESP na Zona Oeste, não participam da construção da história da subprefeitura da Lapa desenvolvida no processo nem são mencionados nos quadros e relações de bens a proteger elaborados pelo DPH. A exclusão do galpão ferroviário da Companhia Sorocabana²⁸ do processo de tombamento relativo à subprefeitura da Lapa, entre outros, é inexplicável. Assim, como entender que um conjunto da importância das "Antigas Oficinas da São Paulo Railway", localizadas no bairro da Lapa – de valor indiscutível para a cidade referência para o desenvolvimento do bairro da Lapa – não tenha sido indicado para proteção como ZEPEC em nenhuma das listagens, nem tenha merecido atenção do CONPRESP²⁹. Os bens ignorados pelas listagens e políticas

²⁵ Ver: SANTOS, Cecília Rodrigues dos; MAZZOCO, Maria Inês Dias. *De Santos a Jundiaí: nos trilhos do café com a São Paulo Railway*. São Paulo, Magma, 2005.

²⁶ Via nomeada a partir de 1950, Avenida Francisco Matarazzo.

²⁷ PACHECO, José Aranha de Assis. *Perdizes - História de um bairro*. São Paulo, Prefeitura do Município de São Paulo, 1982.

²⁸ Este galpão, bastante íntegro, está localizado à Avenida Santa Marina, n. 375.

²⁹ Existe no CONPRESP um pedido de abertura de processo de tombamento desse conjunto, acompanhado de histórico e farta documentação justificativa, assinado pela arq. Cecília Rodrigues dos Santos, protocolado no mês de maio de 2007 pela então conselheira arq. Monica Junqueira Camargo.

Ver também: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/>

de preservação municipal são apenas alguns exemplos que vêm lançar mais dúvidas sobre os dos tombamentos na zona Oeste de São Paulo.

É possível afirmar, portanto, que o histórico justificativo do tombamento dos 51 bens constantes do processo citado não é resultado do aprofundamento nem da pesquisa bibliográfica, nem da textual e nem da iconográfica, procedimento investigatório que melhor situaria os bens e logradouros tanto em relação à história da cidade, como à história da arquitetura industrial paulista. Tampouco esse histórico busca desenvolver analiticamente a relação intrínseca e indissociável entre ferrovia e indústria no desenvolvimento urbano de São Paulo, nas regiões de várzea do rio Tietê e na Água Branca em particular. Não obstante, estes bens compõem parte importante da ambiência do bairro e de suas áreas de origem industrial, referências para a paisagem urbana característica e parte integrante da memória local.

A Antiga Vidraria Santa Marina: histórico da indústria e de sua relação com o entorno e com a paisagem industrial da cidade de São Paulo

Passando aos critérios para tombamento do bem enquadrado ou proposto como ZEPEC – 1 ““ Antiga Vidraria Santa Marina “³⁰ e analisando o histórico específico que faz parte da sua "Ficha de bem enquadrado", item fundamental de uma instrução e justificativa de tombamento, nota-se que também não são discutidas no histórico do processo em tela as questões conceituais que dizem respeito ao patrimônio industrial. O "International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage" (TICCIH) aprovou em 2003 a CARTA DE NIZHNY TAGIL, referência para os estudos de preservação do patrimônio industrial desde então: *“O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades*

³⁰ "Subprefeitura: LA, setor 197, Quadra: 033, Lote: 0113; bairro: Água Branca ; Proteção existente: Res. 26/04 – Abertura de processo de tombamento dos imóveis enquadrados ou propostos como ZEPEC pela Lei n. 13.885/2004", processo CONPRESP n. 2008 - 01900162, ps. 134 e 135

sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação ³¹.

Esta definição, bem como os resultados de mais de 40 anos de debates, seminários e publicações científicas sobre o patrimônio industrial, deveriam forçosamente se fazer presentes na instrução de um processo de tombamento que trata de imóveis, na sua grande maioria, listados pelo seu interesse como patrimônio da industrialização de São Paulo. Ou seja, o aprofundamento de todos os aspectos citados acima poderia ter contribuído para esclarecer e, principalmente justificar, o citado *"significado (do bem) na evolução da cidade"* e a citada *"importância (da construção) na paisagem"*, critérios que podem ser considerados como genéricos e insuficientes para embasar a eleição dos 51 bens ZEPECs Lapa constantes do processo de tombamento.

Identificar as relações da “Antiga Vidraria Santa Marina” com as outras indústrias localizadas nas proximidades e com as demais que lhe eram contemporâneas na cidade de São Paulo, recuperando o significado desta atividade industrial no contexto da industrialização do bairro da Água Branca, constitui um trabalho de pesquisa e de análise indispensável para esclarecer as circunstâncias e os critérios desse tombamento. Assim como seria fundamental retomar o histórico da indústria, acompanhar as fases de seu crescimento e transformação, para assim tentar compreender a justificativa para proteção dos remanescentes da “Antiga Vidraria Santa Marina”, considerando que individualmente ou no conjunto esses remanescentes perderam a representatividade e o valor histórico seja como monumentos da arquitetura industrial, seja como elementos da paisagem industrial histórica da cidade, conforme iremos demonstrar a seguir.

Deveria também ter feito parte do histórico específico da “Antiga Vidraria Santa Marina” e de sua ambiência – sempre segundo a metodologia de instrução de processos de tombamento - a relação de outras indústrias que foram se instalando na Água Branca para assim desenhar a paisagem do bairro no início do século XX e caracterizar a morfologia urbana desse trecho da cidade, outro argumento citado no processo, mas não aprofundado. Aluisio Ramos, ao longo da sua dissertação de mestrado sobre o bairro da Água Branca, enumera as indústrias mais significativas instaladas na região, diagnosticando a situação atual de cada uma delas bem como as transformações

³¹ CARTA DE NIZHNY TAGIL SOBRE O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL , The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH) Julho 2003
<http://www.mnactec.cat/ticcih/pdf/NTagilPortuguese.pdf>.

sofridas pela área com o deslocamento de indústrias e o reaproveitamento de antigas instalações³²: Companhia Antártica Paulista é criada em 1885 na atual Av. Francisco Matarazzo (antiga Av. Água Branca), muda-se 19 anos depois para a Mooca, abandonando as instalações originais; Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (IRFM) instala seu grande núcleo industrial em extensa gleba comprada em 1919 da Companhia Antártica na Av. Francisco Matarazzo, começa a funcionar em 1922 encerrando atividades no ano de 1986, quando a maior parte de suas instalações foram demolidas; Companhia Vidraria Santa Marina é fundada em 1896 e localizada em ampla gleba na vizinhança à Estação Água Branca da São Paulo Railway, ainda em funcionamento no mesmo local, apesar de ter reduzido o terreno quase pela metade e de ter perdido a maior parte das instalações originais; Curtume Franco-Brasileiro, localizado na Rua Carlos Vicari, ocupava ampla gleba vizinha às IRFM, da qual era separada pelo Córrego da Água Preta; Serraria Água Branca, empresa familiar localizada na Rua Guaiurus; Torrefação de café e refinação de açúcar Santa Ifigênia, empresa familiar que se muda para a Rua Carlos Vicari no ano de 1927, e ainda funciona no mesmo local; IBESA/CONFAB, fábrica de motores elétricos que passa a abrigar em 1942 a fábrica de geladeiras de marca Clímax, conjunto recuperado pela arquiteta Lina Bo Bardi para a instalação do SESC-Pompéia; White Martins, empresa que se transfere do Rio de Janeiro para São Paulo em 1922, vindo a ocupar os galpões de uma antiga tecelagem, entre as Ruas Coriolano, Venâncio Aires e Raul Pompéia, onde permanece até 1947 - suas instalações foram, posteriormente, adaptadas para receber o Centro Universitário São Camilo.

O historiador Edgar Carone, na sua obra sobre a evolução industrial de São Paulo³³, destaca a indústria têxtil como de especial relevância no quadro da industrialização de São Paulo no período entre os anos de 1889 e 1930, relacionando secundariamente outras indústrias importantes: calçados, bebidas, móveis, metalurgia. No capítulo "Iconografia: os industriais e suas indústrias em São Paulo"³⁴, reproduz dados e imagens impressionantes sobre a extensão e o significado das instalações industriais na Capital nessa época. Com seus galpões, oficinas, grandes edificações destinadas às linhas de produção e chaminés, estes conjuntos marcam sua importância nos panoramas eco-

³² RAMOS, Aluísio Wellichan. *Fragmentação do espaço da/na cidade de São Paulo: espacialidades diversas do bairro da Água Branca*. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia (Geografia Humana)) - Universidade de São Paulo. Consultado em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-06052003-160403/>

³³ CARONE, E. Op. cit.

³⁴ Idem, ps. 125 a 189.

nômico, tecnológico e cultural de São Paulo nas primeiras décadas do século XX, bem como na constituição de uma paisagem urbana que, se foi característica da cidade, hoje se apresenta profundamente alterada. A maior parte dessas fábricas foi demolida ou passou por intervenções que as modificaram a ponto de não se perceber mais as suas feições originais permitindo sua identificação, como é característico das instalações industriais que são projetadas para facilitar a inevitável adaptação a novos processos, novos maquinários ou à fabricação de produtos diferentes.

A gradativa mudança de uso dos antigos bairros industriais paulistanos e sua crescente verticalização destruiu grande parte dos marcos referenciais da industrialização, como ilustra a destruição do vasto Complexo Industrial Matarazzo, na Água Branca, um dos símbolos da industrialização de São Paulo, que por sua vez ocupou e transformou as primitivas instalações da Companhia Antártica Paulista de quem comprou os terrenos na Água Branca: *“As indústrias da Água Branca ocupavam um vasto terreno de 113.721, 00 m² (...) a área construída ultrapassava 96.000, 00 m². Ali funcionavam unidades fabris de refinação de sal, de refinação de açúcar, de refinação de banha; uma destilaria de álcool e aguardente; fábricas de velas, glicerina, oleína, óleo de algodão Sol Levante, óleo de linhaça, de rícino e de coco, torta de sementes, sabões, sabonetes, perfumaria, inseticida (marca K.I.D.) e pregos; (...) unidades de serraria, fundição, serralharia artística, oficinas mecânicas, laboratório químico e o almoxarifado geral. Os diversos setores do complexo industrial eram interligados por passarelas internas e escoavam sua produção por uma linha de trem própria, ligada à Estrada de Ferro Sorocabana. A arquitetura do conjunto retrata os padrões da arquitetura industrial inglesa, profundamente marcada pela fachada de alvenaria aparente de tijolos de barro e as esquadrias metálicas de pouca largura e altas, que tinham a função de iluminar o ambiente sem permitir a visão do exterior”*³⁵. Do significativo conjunto industrial das IRFM restam apenas a Casa das Caldeiras e suas tristes chaminés-monumento, salvas da destruição e devidamente tombadas, porém privadas da vizinhança original dos edifícios fabris ligados à produção que lhes conferiam sentido, se apresentando dissimuladas, apenas perceptíveis enquanto desenho entre as torres de um extenso empreendimento imobiliário³⁶.

³⁵ http://www.pucsp.br/artecidade/site97_99/ac3/hist.html#luzagua

³⁶ “Em 1985 o CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico Arquitetônico e Turístico do Estado de São Paulo) pediu o tombamento desse imóvel, na época já desativado, visando preservá-lo como documento arquitetônico da história da industrialização paulistana. No fim desse processo, 1986, com revisões datadas de 1993, decidiu-se preservar um dos galpões da fábrica, a casa de

Esta breve pesquisa sobre o terreno onde se instalou Companhia Antártica Paulista e depois as IRFM, vizinha da Vidraria Santa Marina, contribui para ilustrar outro aspecto da história da São Paulo industrial, que acompanhou os padrões de transformação e crescimento de outras áreas da cidade: a reconstrução sobre si própria através de um processo de destruição e reaproveitamento de edificações em intervalos de tempo às vezes surpreendentemente curtos. Também nas áreas de ocupação industrial, a cidade continuou cumprindo o seu desígnio antecipado pelo antropólogo Claude Lévi-Strauss nos anos 1930, época em que viveu em São Paulo: uma cidade que se transforma e cresce de forma tão rápida e desordenada que acaba se tornando velha e deteriorada sem conseguir se tornar antiga - a vetustez e o abandono acabam sendo a melhor justificativa para esta constante renovação.

A preservação desses e de outros fragmentos industriais esparsos, desfigurados e sem relação com a história e a paisagem industrial da cidade, acaba por produzir uma falsa imagem dessa história elegendo e protegendo os monumentos-documentos "que sobraram", parques restos isolados que resistiram desfigurados à intensa transformação da cidade. Resulta dessa forma uma coleção esparsa de fragmentos autistas, sem significado, remanescentes de paisagens desfiguradas, que não conseguem mais se relacionar entre si nem constituem referência relevante da notável trajetória de desenvolvimento industrial da cidade no começo do século XX. Então, como preservar a história, a paisagem e os testemunhos da São Paulo industrial? - essa é a pergunta que deveria anteceder os tombamentos pontuais de fragmentos, para estabelecer critérios e políticas de gestão.

A análise da cartografia e da iconografia da cidade ao longo dos anos constitui ilustração expressiva destas relações. Basta percorrer o repertório iconográfico da série de mapas históricos da cidade – escolhidos aqueles que cobrem o período entre o final do século XIX até 1974, data do levantamento do GEGRAM – para se ter um panorama bastante rico, tanto do papel indutor da ferrovia para o crescimento e desenvolvimento urbano da cidade, como para a consolidação e transformação das áreas industriais. Embora a Planta Geral da Cidade de São Paulo, de 1897, não compreenda a divisão fundiária, estando voltada mais para o registro do arruamento e da extensão da malha urbana, ela traz em alguns locais a indicação dos principais estabelecimentos e edificações institucionais, como é o caso do bairro da Água Branca onde se pode

caldeiras e as três chaminés de alvenaria refratária, cujas alturas variam de 46 a 54 m e os diâmetros externo de 2, 60 a 4, 40 m, que complementavam a central de vapor”.

http://www.pucsp.br/artecidade/site97_99/ac3/hist.html#luzagua

observar o registro da presença da Fábrica Antártica e da projeção de construções que correspondem ao embrião da Vidraria Santa Marina³⁷.

Edgar Carone refere-se à Companhia Vidraria Santa Marina como um das mais importantes indústrias de São Paulo no período por ele estudado. A empresa Prado & Jordão é criada em 1892 por Elias Pacheco Jordão e pelo Conselheiro Antonio da Silva Prado, para extração de turfa em terreno de 33 mil metros quadrados na várzea do rio Tiete, localizado entre as linhas da São Paulo Railway e os limites da Freguesia do Ó, ao lado da primeira Estação Água Branca³⁸. Se o primeiro propósito não foi alcançado, as escavações revelaram a abundância de areia de qualidade para a fabricação de vidro branco, atividade para a qual se voltou o empreendimento: *“A ideia era boa, mas não foi bem sucedida em virtude da difícil obtenção de trabalhadores capazes, no país, e principalmente pela relutância contra o artigo de produção nacional. Modificou-se outra vez este empreendimento e em 1896 edificou-se um forno para o fabrico de garrafas, o qual podia produzir cerca de 7.000 garrafas por dia”*³⁹. A partir destas mudanças a fábrica começa a tomar impulso, sempre enfrentando a falta de mão de obra especializada no Brasil. Em 1900 é construído um terceiro forno, bem maior, que eleva a capacidade de produção da fábrica para cerca de 25 000 garrafas por dia, atendendo preferencialmente a indústria nacional de cerveja em expansão; as Vidrarias que fabricavam garrafas no Brasil nasceram e cresceram em função das cervejarias⁴⁰. Em fotografia da Vidraria Santa Marina datada de 1896 nota-se a existência da chamada “torre”, até hoje no local, ladeada de apenas uma chaminé.

A cerveja é trazida para o Brasil pela Corte Portuguesa em 1808 e passa a ser fabricada domesticamente ou em pequenas fábricas⁴¹. A partir de meados do século XIX, a bebida torna-se popular e começam a aparecer as grandes fábricas que vão absorvendo as pequenas e diversificando a produção. Segundo a análise de José de Souza Martins⁴², na segunda metade do século XIX São Paulo assiste a uma curiosa disputa entre o vinho e a cerveja como bebidas populares de grande consumo: *“até então as classes populares da cidade não dispunham de uma bebida cotidiana nem de uma*

³⁷ Ver: Planta Geral da Capital de São Paulo organizada pelo Dr. Gomes Cardim em 1897.

³⁸ CF. BRANDÃO, Ignácio Loyola. *Santa Marina, um futuro transparente*. São Paulo, DBA, 1996.

³⁹ In: *Impressões do Brasil no Século Vinte*, obra editada em 1913 e impressa na Inglaterra por Lloyd's Greater Britain Publishing Company, Consultado em: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300g39eg7.htm>

⁴⁰ Cf. Edgar Carone. Op. Cit.

⁴¹ <http://www.cervisiafilia.com.br/cervbras2.html>

⁴² MARTINS, José de Souza. “A ferrovia e a modernidade em São Paulo: a gestação de ser dividido”. *Revista USP* n. 63, set-nov 2004, ps. 6 – 15.

bebida de cerimônia. Nessa disputa o que esteve em jogo foi o padrão de civilidade dos trabalhadores e dos pobres que passaria a existir com a urbanização e a industrialização e também que tipo de sociabilidade os agregaria. Pela primeira vez passaria a existir uma bebida popular não estigmatizada como acontecia com a cachaça, que era bebida calmante de cativo, da gente servil, mesmo liberta, com funções muito diferentes dessas outras duas bebidas (...). O vinho, que perderia essa disputa, apontava mais na direção de uma sociabilidade de família, de uma bebida de mesa. A cerveja, que o venceu, indicava uma sociabilidade de balcão, masculina, de espaços públicos". Quando é possível compreender porque, segundo Edgar Carone, a bebida alcoólica mais consumida na época é a cerveja de alta e baixa fermentação.

A primeira grande fábrica brasileira de cerveja, a Brahma, do suíço Joseph Villiger, instalou-se no Rio de Janeiro nos anos 1860, passando a produzir 1200 litros de cerveja por dia e em 1888⁴³. No mesmo ano, o proprietário de um abatedouro de suínos e de uma fábrica de gelo na Água Branca, Joaquim Salles, associa-se ao alemão Louis Bücher, que desde 1868 possuía uma pequena cervejaria, para criar a primeira fábrica de cerveja do país com tecnologia de baixa fermentação, com uma capacidade de produção de seis mil litros diários; três anos depois é oficializada a sociedade anônima Companhia Antártica Paulista. Inicialmente a empresa não tinha um foco muito claro, atuando na fabricação de cerveja e refrigerantes, assim como na fabricação de banhas e presuntos, mantendo uma fábrica de gelo e câmaras frias para estocagem de alimentos. Entre os acionistas estavam João Carlos Antonio Zerrenner, alemão, e Adam Ditrik Von Bülow, dinamarquês, proprietários da exportadora e corretora de café Zerrenner, Bülow e Cia., que vão importar equipamentos da Alemanha para modernizar a produção. Em 1893 Zerrenner e Bülow tornam-se acionistas majoritários da Antártica e reorganizam a produção concentrando-a na fabricação de cerveja e refrigerantes. Durante a primeira década do século XX, depois de assumirem, em 1904, o controle acionário da sua maior concorrente em São Paulo - a Cervejaria Bavária de Henrique Stupakoff, fundada em 1892, no bairro da Mooca - os novos proprietários promovem a mudança da produção da Antártica para propriedade da Bavária⁴⁴. Deve-se assinalar que os principais acionistas da Companhia Antártica Paulista eram também acionistas da Companhia Vidraria Santa Marina, e que as crises e os incrementos da produção de cerveja tiveram, na época, uma correlação direta com a fabricação de garrafas de vidro.

⁴³ <http://www.cervisiafilia.com.br/cervbras2.html>

⁴⁴ Cf. <http://www.cervisiafilia.com.br/cervbras2.html>, e, <http://antarctica19752.blogspot.com/>

Parte do terreno de 300 mil metros quadrados pertencente à Antártica na Água Branca é então aberto ao público batizado de Parque Antártica, um local de práticas esportivas e de lazer para a população paulistana, onde as equipes de futebol do Sport Club Germânia e depois do Palestra Itália, passam a realizar seus treinos e jogos. Em abril de 1920, o Palestra Itália compra o Parque Antártica para aí instalar sua sede e campo de treinamento (ainda hoje sede do Esporte Clube Palmeiras). O Conde Francisco Matarazzo contribui financeiramente para essa transação e ao negociar com a Antártica acaba por adquirir parte considerável do terreno original da cervejaria, incluídas suas edificações fabris, onde vai instalar as unidades das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo – IRFM, mencionada acima⁴⁵. Em 1907, funcionavam no Estado de São Paulo 55 cervejarias produzindo 11 741 638 garrafas de cerveja de alta fermentação, e 10 989 811 meias garrafas de cerveja de alta fermentação, o que dá uma dimensão da demanda na época por garrafas de vidro ⁴⁶

No ano de 1901 Pacheco Jordão morre em Paris, onde fora comprar maquinário para a Vidraria e contratar mão de obra especializada ainda carente; a Santa Marina continuava sendo onerada com contratos de operários na Europa, Itália e França, principalmente, *“a preços exorbitantes e pagos em ouro, ao câmbio elevadíssimo de então”* ⁴⁷. Antonio Prado compra a parte dos herdeiros do outro sócio fundador, e a empresa passa a se chamar Fábrica de Vidros Santa Marina. Dois anos mais tarde, para enfrentar dificuldades financeiras a fábrica é transformada em sociedade anônima, passando a contar entre os acionistas os proprietários das cervejarias Antártica e Brahma e recebendo a denominação de Companhia Vidraria Santa Marina, com novos investimentos e melhoramentos.

Interessa citar aqui a descrição da Vidraria Santa Marina que consta do Almanaque de 1905 da Companhia Antártica, porque ela detalha as edificações assim como o processo de produção, complementando a análise da iconografia: *“As dependências principais estão instaladas em dois grandes pavilhões construídos de tijolos, um dos quais mede 22 metros de frente por 28 de fundo, e outro com 1623 metros quadrados, ambos ligados um terceiro de menores proporções (...). O forno velho tem capacidade para 60 toneladas de vidro (...). É a fábrica servida internamente por várias linhas de*

⁴⁵ Cf: http://www.alimentacaoforadolar.com.br/design_cases.asp?act=ficha&idlançamento=14; e <http://www.arquiamicos.org.br/info/info06/index.html>

⁴⁶ Cf. CARONE, Edgar. Op. Cit., ps. 118 a 120

⁴⁷ In: *Impressões do Brasil no Século Vinte*, obra editada em 1913 e impressa na Inglaterra por Lloyd's Greater Britain Publishing Company, Consultado em: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300g39eg7.htm>

Decauville a tração animal e um desvio da São Paulo Railway (...). A areia, que é amarela e de excelente qualidade, é extraída por meio de dragas que funcionam a eletricidade do próprio terreno da fábrica, a um quilometro e meio de distância, mais ou menos, e transportada do edifício principal para ali em vagonetes (...). A pedra calcária é procedente de fazendas (...) vem em grandes blocos e é reduzida a pequenos fragmentos que depois são lançados em dois poderosos moinhos que os reduzem a pó (...). O sistema de fornos a gás é dos mais aperfeiçoados (...) e o gás é produzido no pavimento térreo pelo carvão de pedra em combustão com a lenha em dez aparelhos chamados marmitas (...) o calor necessário é intensíssimo: de 1600 a 1700 graus (...). Toda a força motora da fábrica é dada por eletricidade, por meio de um dínamo de 25 cavalos, alimentado pela LIGHT. Também é elétrica a iluminação da fábrica e de todas as suas dependências (...). Há serrarias, oficinas mecânicas, fábricas de fitas isoladoras, bombas d'água, forjas para o preparo das canas, uma máquina para produzir vento e evitar o emprego de foles nas forjas”⁴⁸.

No mapa de São Paulo publicado no ano de 1905 - organizado pelos engenheiros Alexandre Mariano Cococi e Luiz Frutuoso da Costa, membros da Comissão Geográfica e Geológica – pode-se observar já nitidamente configurada a Vidraria Santa Marina. Este mapa mostra, sem nomear, a projeção de uma série de construções ao longo das duas linhas férreas; a julgar pelo porte das edificações da Antártica é possível afirmar que estas teriam sido as primeiras instalações industriais de expressão ali implantadas. O mesmo mapa aponta também a presença das Oficinas da SPR na Lapa, bem como as Oficinas da Estrada de Ferro Sorocabana junto à Estação da Água Branca.

Em 1906 a Santa Marina constrói um forno especial para produção de vidros planos para vidraças, a primeira indústria do gênero na América do Sul, e passa a empregar máquinas na produção de garrafas, adquirindo do inventor Henri Severin a exclusividade de seu uso no Brasil. Dois anos depois já está produzindo 1 600 000 de garrafas por mês e dois mil metros quadrados de vidro plano por hora, contando ainda no catálogo para vendas com garrafas para bebidas, escuras e claras; litros para álcool e perfumes; frascos para tintas e medicamentos; garrafões; vidros para vidraças simples e trabalhados; tubos e telhas de vidro⁴⁹.

⁴⁸ Apud: BRANDÃO, Ignácio de Loyola. Op. Cit., os. 54 e 55.

⁴⁹ Cf.: *Impressões do Brasil no Seculo Vinte*, obra editada em 1913 e impressa na Inglaterra por Lloyd's Greater Britain Publishing Company, Consultado em: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300g39eg7.htm> e BRANDÃO, Ignácio de Loyola. Op. Cit.

Em 1911 o Conselheiro Antonio Prado liquida seus compromissos com a Antartica e com a Brahma, e passa ser o proprietário majoritário da Santa Marina que recebe neste mesmo ano a medalha de ouro na Exposição Internacional da Indústria, em Turim, na Itália. Porém, no censo das atividades econômicas, realizado e publicado em 1909 pelo Centro Industrial do Brasil, o setor vidreiro aparece em 29º lugar entre as 38 indústrias mais importantes, segundo a relação entre o valor da produção anual e o capital registrado; ao relacionar as atividades representativas da economia de cada Estado brasileiro, o censo aponta a produção de vidros somente em São Paulo ⁵⁰. É deste mesmo ano o primeiro documento referente à Santa Marina localizado no Arquivo Municipal Washington Luis: “Pedido para transferência e construção de um barracão (para o quintal do armazém da Companhia, arrendado ao Snr. A. J. Souza Siqueira) destinado para operários (destinado à sala para os folgedos dos operários, nos dias de descanso e de refeições nos dias chuvosos)” ⁵¹.

Na Planta da Cidade de São Paulo 1913, editada pela Companhia Lithographica Hartmann e Reichenbach e elaborada a partir dos levantamentos dos engenheiros Cococi e Frutuoso da Costa, pode-se observar a projeção das instalações da Vidraria Santa Marina, assinaladas como “Fábrica de Vidros”, localizadas na altura da Estação Água Branca da SPR, além do campo do Sport Club Germânia no Parque Antártica, remanescente da área da Companhia Antártica Paulista. Parte da Estrada do Aterrado do Ó recebe o nome de Avenida Santa Marina, ambas correspondendo à Avenida Santa Marina de hoje.

A obra *Impressões do Brasil no Seculo Vinte*, publicada em Londres em 1913, oferece uma interessante avaliação das condições do Brasil às vésperas da Primeira Guerra Mundial, inclusive de suas indústrias, encerrando assim o longo texto dedicado à Vidraria Santa Marina, que interessa aqui para se estabelecer a comparação com aquele citado acima, de 1905 : “A Companhia Vidraria Santa Marina faz funcionar uma enorme fábrica que emprega cerca de 700 operários. O fato é notável, em vista de pouco se interessarem os Poderes Públicos pela indústria do vidro; os direitos de importação sobre os vidros estrangeiros são pouco elevados e isso muito dificulta a fabricação do país” (...) Da parte técnica estão encarregados os Srs. C. Michelet e Joseph Vigne, profissionais franceses. São diretores da Companhia desde a sua fundação

50

<http://www.pilkington.com/the+americas/brazil/portuguese/about+pilkington/history+of+float+in+brazil/history+of+glass+brazil.htm>

⁵¹ Arquivo Municipal WL: DOC. s/nº / CX 01 - 1911

os Srs. Conde Asdrubal Augusto do Nascimento, conselheiro; Dr. Antonio da Silva Prado e Sr. John Kimming – os dois primeiros residentes em São Paulo e o último no Rio de Janeiro (...). A fábrica, da qual o Sr. Brasílio Monteiro da Silva, paulista de nascimento, é gerente e faz parte há 13 anos, possui 26 máquinas Severin, em funcionamento regular, acionadas por força elétrica; elétrica é também toda a iluminação. É positivamente uma fábrica modelo no gênero e que muita honra faz aos industriais paulistas e ao Brasil ⁵². Em várias fotomontagens são destacadas as instalações principais: a lagoa/reservatório de 100 000m² de onde se retirava a areia; a edificação na lateral conhecida como Castelinho abrigava uma bomba para puxar água do rio Tietê; os vagonetes de transporte de areia – em 1919 havia cinco quilômetros de estrada de ferro no interior da propriedade para este tipo de transporte; o depósito de garrafas; a fábrica na vizinhança, em destaque a Estação Água Branca da SPR⁵³.

Depois de enfrentar, em 1909, uma greve dos seus operários que a obrigou pela primeira vez a apagar os fornos, a Vidraria tenta retomar e manter o ritmo de produção, que ainda vai ser prejudicado ainda pela eclosão da Primeira Guerra, quando a obtenção de matérias primas e combustível importados, principalmente a terra refratária e o carvão de pedra, é bastante dificultada. Nessa época, com o objetivo de facilitar o acesso às instalações industriais da Santa Marina – muitas vezes isolada pelas enchentes do rio Tietê - e para que os três turnos sucessivos de trabalho mantivessem o ritmo da produção sem prejudicá-la por atrasos eventuais dos trabalhadores, a empresa construiu conjuntos de casas destinadas ao alojamento dos operários e suas famílias, a Vila Velha e a Vila Nova, localizados ao longo da Avenida Santa Marina, junto à fábrica como era comum acontecer nesse momento na cidade de São Paulo. Estes conjuntos - que podem ser observados em projeção no mapa S.A.R.A. Brasil de 1930 - foram demolidos para dar lugar à atual sede administrativa da empresa inaugurada nos anos 1970. Começaram também na época a serem construídas vilas operárias de iniciativa de particulares na vizinhança.

Em 1919 a Santa Marina contava com quatro fornos mecânicos em funcionamento, produzindo três milhões de garrafas por mês e 1200 metros quadrados de vidro plano para vidraças por dia ⁵⁴, empregando 1600 trabalhadores. Dois anos depois, com a

⁵² Idem

⁵³ *Impressões do Brasil no Século Vinte*. Inglaterra, Lloyd's Greater Britain Publishing Company, Ltd., 1913, p. 683 (diretor principal Reginald Lloyd), participando os editores ingleses W. Feldwick (Londres) e L. T. Delaney (Rio de Janeiro); o editor brasileiro Joaquim Eulálio e o historiador londrino Arnold Wright. Não identifica os autores das imagens.

⁵⁴ BRANDÃO, IL. Op. Cit.

instalação de um novo forno automático, a produção sobe para 4,2 milhões de garrafas por mês⁵⁵ e é providenciado o projeto de uma nova chaminé. No ano da crise econômica internacional decorrente da queda da bolsa de Nova Iorque, 1929, morre o Conselheiro Antonio da Silva Pardo, sendo substituído no comando da fábrica pelo seu filho Antonio da Silva Prado Filho. Durante a Segunda Grande Guerra, devido às restrições de importação, a Santa Marina tem que rever os processos de produção, passando a reciclar máquinas e substituindo o combustível dos fornos pelo “gás pobre”. Por outro lado, com a escassez de vidro na Europa decorrente dos conflitos, passa a haver uma demanda para a exportação⁵⁶.

O conjunto de mapas S.A.R.A. Brasil ilustra ainda o notável desenvolvimento industrial que a cidade alcançara, permitindo observar a intensa ocupação fabril das áreas ao longo das ferrovias. Observa-se nessa carta que o terreno pertencente às IRFM da Água Branca, localizado entre os viadutos Antártica e Pompéia, encontrava-se a esta altura quase inteiramente edificado, e os Armazéns Gerais Ferroviários da Companhia Sorocabana já estavam concluídos. É possível observar também várias edificações industriais distribuídas ao longo da Rua Guaicurus e da E. F. Sorocabana. A Vidraria Santa Marina destaca-se como um conjunto significativo de instalações, registrando um momento posterior às obras de ampliação dessas instalações industriais, sendo servida por três ramais ferroviários e contando com várias outras edificações, inclusive vilas operárias.

A demanda por garrafas de vidro não parava de crescer, como mostra a publicidade da época, como aquela em que a produção da Cervejaria Antarctica é dimensionada comparativamente ao primeiro arranha-céu da cidade, recém-inaugurado⁵⁷. Em 1942, a Vidraria Santa Marina se associa à Companhia Vidreira Nacional e, em consequência, novas instalações são erguidas ao lado das tradicionais no terreno da Água Branca. Quase no final da guerra, em 1944, a Santa Marina associa-se desta vez com a Corning Glass Work norte-americana para a fabricação de artigos em vidro refratário Pyrex. Durante o ano de 1952, ao mesmo tempo em que era montado o forno 14 para a produção do vidro refratário, novas máquinas foram adquiridas para modernizar a produção de recipientes de vidro que até então ainda eram produzidos pelo antigo

⁵⁵ Idem.

⁵⁶ Ibidem.

⁵⁷ “Onze prédios Martinelli de cerveja! Eis a proporção do bloco que obteríamos se amontoássemos as 101.206.440 garrafas de produtos Antarctica vendidos em 1935. Antarctica. Os números provam a excelência das suas bebidas”. - 17 de junho de 1936, In: <http://blogs.estadao.com.br/reclames-do-estadao/tag/cerveja/>

sistema do sopro. O levantamento aerofotogramétrico de 1954, do consórcio VASP-Cruzeiro, oferece mais um retrato da persistência e expansão das instalações da Vidraria Santa Marina, assim como da ocupação industrial ao longo das linhas de ferrovia, observando-se que os galpões industriais lindeiros à E. F. Sorocabana, cresceram consideravelmente.

No início dos anos 1950 as Indústrias Santa Marina ocupavam 550 mil metros quadrados, contando com 13 fornos numerados em sequência (mas pulando do número 12 para o 14) que produziam 63 milhões de toneladas de vidro, ou 220 milhões de unidades, contando com três mil funcionários. Em 1954 um incêndio de grandes proporções destruiu os fornos de números quatro e cinco, os depósitos de embalagens e o almoxarifado⁵⁸, e seis anos mais tarde, incentivada pelas políticas governamentais favoráveis à entrada do capital estrangeiro no Brasil, a Santa Marina se associa com a tradicional empresa Saint Gobain francesa.

O levantamento GEGRAN do início da década de 1970 confirma o crescimento e o adensamento ao longo das ferrovias e mostra o terreno da Vidraria Santa Marina intensamente ocupado; ainda é possível identificar o vizinho conjunto das indústrias Matarazzo e verifica-se a presença dos mesmos galpões industriais da E. F. Sorocabana. Em 1985 e o crescimento levou a direção da Saint Gobain - Santa Marina a cogitar o abandono da área de ocupação original da Vidraria na Água Branca. A decisão de continuar com a administração e algumas unidades produtivas no mesmo local, tomada em 1993, veio acompanhada de uma operação batizada de “reengenharia” da empresa, que investiu em pesquisa e modernização, racionalizou a estrutura com terceirização de serviços; é desta época a construção de um novo forno e a demolição de 40 mil metros quadrados de um total de 256 mil metros quadrados de construções.

A título de conclusão

O histórico da Antiga Vidraria Santa Marina aqui desenvolvido, foi elaborado em função do tombamento do CONPRESP, com o objetivo de identificar história e características das construções protegidas, fundamentais para justificar a proteção e orientar a gestão do conjunto por parte dos órgãos de preservação. A preservação do Patrimônio Industrial, segundo orientam as discussões em seminários internacionais e as publica-

⁵⁸ Cf. BRANDÃO. I L, Op. Cit.

ções especializadas, não deveria se limitar à conservação dos invólucros de edificações destinadas a atividades fabris que entraram em desuso. Na verdade, a autêntica preservação do Patrimônio Industrial pressupõe a possibilidade de persistência de atividades produtivas, não obstante sua transformação ou mesmo a sua permanência com a incorporação de novas conquistas tecnológicas. Fora do Brasil, a retomada da produção de energia em usinas hidroelétricas de pequeno porte e o uso contínuo e atualizado de estações de estrada de ferro, são demonstrações da viabilidade da desejada preservação do Patrimônio Industrial em operação.

Por outro lado, uma das características da atividade industrial é o próprio dinamismo dos processos produtivos, em constante aperfeiçoamento e transformação. Em tal condição, dificilmente se conservam inteiramente íntegras as estruturas edificadas que deram origem a atividades específicas. O panorama constituído pelos remanescentes industriais de São Paulo longe de apresentar uma suposta unidade ou um estado físico congelado pelo tempo, se caracterizam mais frequentemente como uma sucessão de sobreposições e alterações que modificam as edificações, inclusive do ponto de vista arquitetônico e construtivo, sucedendo-se no tempo ao sabor das transformações tecnológicas, das imposições de novos sistemas produtivos e da dinâmica de crescimento e transformação da cidade. Não há, em princípio, razões de ordem técnica que inviabilizem o convívio de estruturas industriais herdadas do passado com instalações recentes e de alta tecnologia. Ao contrário, talvez um dos cenários contemporâneos mais característicos seja, por exemplo, a chegada de trens ultramodernos em estações monumentais, monumentos que melhor representam a modernidade no século XIX.

Nestas circunstâncias, é possível considerar as unidades tombadas que fazem parte do patrimônio da “Antiga Vidraria Santa Marina” como peças isoladas de um episódio particular da formação do bairro da Água Branca e do próprio conjunto industrial; o histórico aqui desenvolvido, apoiado na análise de documentos textuais e iconográficos, são enfáticos nesse sentido. Estamos diante de fragmentos de uma narrativa que até nos permitiria situar a época de sua produção, reconstituir o contexto que lhe deu origem e demonstrar que sua presença é testemunho de um episódio dado, mas infelizmente é impossível reconstituir o episódio completo. O enredo e a trama se perderam irremediavelmente, na medida em que não resta mais nenhum testemunho material das atividades que ali tiveram lugar e do conjunto de instalações e equipamentos

que o edifício abrigou, aqueles que seriam os verdadeiros objetos de proteção, suportes da memória coletiva paulista.